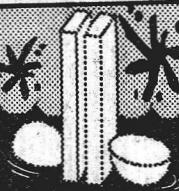


CPI - Negamento

Dez deputados e um senador serão mais investigados



Comissão não pode convocar testemunhas

204

Corregedoria da Câmara vai investigar dez

■ Comissão não tem prazo, mas tem menos poderes do que a CPI para investigações e deputado está 'sentindo cheiro de pizza'

Josemar Gonçalves — 22/10/93

BRASÍLIA — Uma comissão de sindicância a ser criada pela Mesa da Câmara dos Deputados vai continuar investigando as denúncias contra 10 deputados — entre eles José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), José Carlos Aleluia (PFL-BA) e José Luiz Maia (PPR-PI) — sobre os quais ainda pesam fortes suspeitas de implicação com os escândalos levantados pela CPI. A comissão será presidida pelo corregedor da Câmara, deputado Fernando Lyra (PSB-PE), e formada por representantes indicados pela Mesa, mas com poderes bem menores que os da CPI. No Senado, a procuradoria vai examinar as pendências contra o senador Dário Pereira (PFL-RN).

A Mesa da Câmara se reúne na próxima terça-feira para aprovar formalmente a criação da Comissão de Sindicância. "O corregedor não vai dar conta de tantos processos", disse temeroso o presidente, Inocêncio Oliveira (PFL-PE). A corregedoria ainda tem sob seu exame mais 10 processos pendentes contra deputados.

A corregedoria não tem prazo para concluir as investigações e suas conclusões vão diretamente para a Mesa que as envia à Comissão de Constituição e Justiça. Esta decidirá se abre ou não o processo de cassação. No caso da sindicância contra os deputados

do PSD, as investigações duraram apenas 15 dias.

A comissão terá acesso a toda a documentação guardada no Prodasen, mas não terá poderes de quebrar os sigilos bancário e telefônico dos acusados. Só poderá fazer uso dos documentos que a CPI tem ou examinar as provas apresentadas na última hora. "Isso cheira a pizza", disse o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP). "Se a CPI não conseguiu investigar, como uma comissão com menos poderes vai conseguir concluir pela culpa ou não desses acusados", questionava angustiado o líder do PDT, Luís Salomão (RJ).

Caso a caso — O corregedor Fernando Lyra anunciou que não será complacente com qualquer manobra protelatória para ajudar os colegas incriminados. O deputado anunciou que examinará "caso a caso", e se a documentação incriminar o parlamentar "enviará o caso imediatamente ao Ministério Público". Muitos parlamentares envolvidos com problemas de sonegação foram poupanados por falta de provas "Esses casos enviarei à Receita Federal", informou o corregedor.

Mas o relator Roberto Magalhães ao enviar os casos para a Mesa da Câmara pretendia permitir a ampliação do direito de defesa e ao mesmo tempo viabilizar a aprovação do relatório final. Em



Corregedor Fernando Lyra vai presidir a comissão de sindicância e remeterá à Receita casos de sonegação

purrar os processos pendentes de provas para exame da corregedoria da Câmara foi o artifício utilizado pelo relator para concluir seu trabalho em meio a tensões e ameaças, revelou um assessor. Foram beneficiados os parlamen-

tares que encaminharam às subcomissões da CPI novos pedidos de diligência ou apresentaram documentos na última hora. Todos conseguiram mais tempo para o exame do respectivo caso.

A manobra, no entanto, tam-

bém contemplou deputados do PFL, amigos do relator Roberto Magalhães, e do coordenador da Subcomissão de Bancos, Benito Gama (PFIBA). Entre os favorecidos com mais prazo estão Paes Landim (PFL-PI), José Carlos

Aleluia (PFL-BA), e Pedro Irujo (PMDB-BA). Apesar das denúncias contundentes por parte de outras subcomissões, eles escaparam na reta final.

Sairam da lista de cassação na última hora, devido a esse acordo, oito parlamentares: além de Landim, Aleluia, e Irujo, José Luiz Maia, Uldurico Pinto. "O nome de Uldurico chegou a ser usado como moeda de troca", disse o deputado Nilmarinho Miranda (PT-MG). No entanto, o caso de Uldurico está entre os que se enquadram na necessidade de perícia.

A maior preocupação da corregedoria da Câmara é o fato de o órgão ter menos poderes que a própria CPI para prosseguir nas investigações. A corregedoria não tem poderes para solicitar diligências nem para convocar testemunhas. "Nossos poderes são muito limitados", explicou o deputado Fernando Lyra. "Mas nem por isso a corregedoria deixará de ser imparcial."

O caso de Uldurico Pinto será o primeiro a ser examinado pela corregedoria. Uma perícia para saber se é falso ou não um documento que o incrimina será realizada o mais rápido possível, informou Lyra. Também o caso do deputado Pinheiro Landim (PMDB-CE), que depende de perícia, será atendido. "Existem casos, no entanto, que já deveriam ter sido enviados ao Ministério Público", comentou Lyra.